DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS EM COOPERATIVAS DE CRÉDITO RURAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

Surplus distribution in São Paulo rural credit cooperatives

RESUMO

Cooperativas de crédito geram sobras ao longo de suas operações pela diferença entre tarifas cobradas menos custos dos serviços prestados e/ou pela diferença entre taxas pagas e cobradas, nas operações de intermediação financeira aos seus associados. Nesse âmbito, há decisões gerenciais importantes tanto na definição da política de geração 0dessas sobras, quanto para a política de distribuição dessas sobras. Este trabalho analisa e tipifica a geração e a distribuição de sobras em cooperativas de crédito rural no estado de São Paulo. Para tanto, na forma de multicasos, analisa informações financeiras ao longo de cinco anos relacionadas às sete maiores cooperativas de crédito rural paulistas quanto à geração e distribuição de sobras. Justifica-se a importância do tema uma vez que a distribuição de sobras em dinheiro ao cooperado é um incentivo contratual para incrementar as suas operações com a cooperativa. Ao final, tipificam-se três grupos distintos de estratégias de distribuição de sobras: a) destinos indivisíveis aos cooperados: sobras alocadas às reservas indivisíveis; b) divisíveis mas indisponíveis imediatamente para os cooperados: integralizadas no capital social; ou c) divisíveis e disponíveis: depósitos nas respectivas contas correntes. Considera-se, ao final, a importância da análise da estratégia de distribuição de resultados em função do crescimento e estágio de negócios das cooperativas, bem como da rentabilidade dessas organizações, como elementos de incentivo à fidelidade e às operações dos cooperados, no âmbito de suas cooperativas.

Marcelo Francini Girão Barroso
Doutorando no Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo
marcelobarroso@usp.br

Sigismundo Bialoskorski Neto
Professor titular do Departamento de Contabilidade
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto
sigbial@fearp.usp.br

Recebido em: 26.5.09. Aprovado em: 6.7.10
Avaliado pelo sistema blind review
Avaliador cientifico: Ricardo Pereira Reis

ABSTRACT

Credit unions generate surpluses over their operations by the difference between rates charged less cost of services and/ or the difference between rates paid and charged in the operations of financial intermediation between their members. In this context, there are important management decisions in both policies regarding the generation of those surpluses and their distribution. This paper analyzes and typifies the generation and distribution of surplus in rural credit cooperatives in the state of São Paulo. Thus, in the form of multi-cases, it analyses the financial information over five years of the seven largest rural credit cooperatives in São Paulo, regarding both the generation and the distribution of surplus. The distribution of surplus in cash to cooperative members may be an contractual incentive to enhance their operations with the cooperative. In the end, we typify three distinct groups of surplus distribution strategies: a) indivisible destinations: remains allocated to indivisible reserves, b) divisible but unavailable immediately to their members: capitalization of the remains, or c) divisible and available: deposits in their cash accounts. The importance of this review related to the distribution of results is due to the growth of qcooperative business, as well as the profitability of these organizations; those are elements to encourage loyalty and to raise the level of operations among the cooperative members.

Palavras-chave: cooperativa de crédito, distribuição de resultados, rentabilidade.

Keywords: Credit union, surplus distribution, profitability.

1 INTRODUÇÃO

Cooperativas de crédito desempenham importante papel junto aos cooperados, em especial por alguns diferenciais nos serviços prestados: melhor relacionamento com os sócios e melhores taxas de juros comparativamente às de instituições financeiras não cooperativas (BRESSAN & BRAGA, 2006; ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS - OCB, 2007). Desempenham também importante função na disponibilização de crédito rural aos produtores-cooperados: em 2007, essa participação foi de 7,7% do total disponibilizado aos produtores rurais brasileiros, em comparação a outros tipos de instituições financeiras (BANCO CENTRAL DO BRASIL - BACEN, 2008a).

"Agradecimentos às cooperativas que disponibilizam os dados para a pesquisa, ao Banco Central do Brasil pelos dados contábeis utilizados, e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPq pelo apoio financeiro."

Cooperativas de crédito são formadas por produtores rurais associados, não têm lucro como objetivo, são reguladas por legislação própria e podem distribuir, a critério da Assembleia Geral dos cooperados, os superávits auferidos – chamados de "sobras" – diretamente aos sócios, na proporção da contribuição individual para tal montante.

Políticas relacionadas à geração e à distribuição de sobras em cooperativas de crédito implicam em benefícios aos cooperados – *a posteriori* – de suas operações, influindo na capacidade de investimentos e na renda potencial percebida.

Assim o objetivo desse trabalho é a análise do processo de geração de sobras e a tipificação das estratégias de distribuição dessas sobras.

O trabalho proposto justifica-se por algumas especificidades da distribuição de sobras operacionais em cooperativas de crédito: essa distribuição pode ocorrer de forma direta, em dinheiro na conta corrente, servindo possivelmente como um estímulo à fidelidade e ao aumento das operações de seus associados; pode também ser feita nas contas dos cooperados no Capital Social da cooperativa, ficando indisponível a eles de forma imediata mas disponível para investimentos e crescimento da organização; ainda, a distribuição pode ser feita em reservas indivisíveis da entidade, indisponíveis aos cooperados mas também passíveis de financiamento dos investimentos da cooperativa.

Dessa forma, são demandadas decisões gerenciais que orientem quanto 1) ao montante a ser destinado como devolução aos sócios, 2) à forma de rateio desse montante – especificidade quanto à participação de dois tipos de agentes diferentes, superavitário e deficitário de liquidez, na mesma operação de intermediação financeira –, bem como quanto 3) à forma da efetiva devolução dos valores definidos aos cooperados, se em conta corrente ou de capital social.

Deve-se atentar que a política de distribuição de resultados influencia na relação dos sócios no âmbito da cooperativa: tem o potencial de atraí-los e incentivá-los à cooperação em suas operações econômicas no âmbito da cooperativa, ou seja, funciona como incentivo à cooperação dos sócios entre si, à fidelidade e à maior intensidade de operações.

Na próxima seção, estão descritos conceitos e referenciais básicos à discussão sobre distribuição de resultados em cooperativas, tratando-se de instituições financeiras em geral – especialmente as do tipo captadoras de depósitos à vista – e de cooperativas de crédito em particular. Trata também sobre gestão de sobras nessas organizações, especialmente as geradas nas operações de intermediação financeira. Em seguida, na seção 3, é apresentado o modelo de tipificação das cooperativas de crédito conforme estratégia de distribuição de resultados; para tanto, é descrita a amostra de cooperativas de crédito rural utilizada para aplicação do modelo e aplicado propriamente o modelo proposto.

Ao final, são apresentadas considerações finais acerca do modelo proposto e da distribuição de resultados em cooperativas de crédito.

2 INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS, COOPERATIVAS DE CRÉDITO E GESTÃO DE SOBRAS

2.1 Instituições financeiras

O Sistema Financeiro Nacional (SFN) é composto por diversos tipos de organizações, entre órgãos normativos e entidades supervisoras e operadoras (BACEN, 2008b). Instituições financeiras são entidades operadoras e sujeitas à supervisão do Banco Central do Brasil (BACEN), podendo ser ou não captadoras de depósitos à vista. Na Tabela 1, estão indicadas as quantidades de instituições financeiras captadoras de depósitos à vista registradas no BACEN, no período de 2001 a 2007.

Instituições financeiras captadoras de depósitos à vista realizam basicamente dois tipos de atividades: disponibilização de mecanismos de pagamentos diversos e intermediação financeira entre agentes superavitários e agentes deficitários de liquidez (ASSAF NETO, 2006). Elas disponibilizam serviços aos usuários a partir dessas atividades, trabalhando em cada possível derivação de serviço para oferecer algum tipo de vantagem em relação aos concorrentes. Buscam desSa forma lucro, ou seja, remuneração aos investimentos em montante igual ou superior a um custo de oportunidade, dado nível similar de risco.

Como intermediárias financeiras, essas instituições buscam lucro procurando satisfazer, simultaneamente, o portfólio de preferências de dois grupos distintos de agentes econômicos que com ela se relacionam. De um lado, tomadores de recursos, agentes visando incrementar a própria riqueza de ativos reais, por meio da aplicação dos recursos emprestados em investimentos lucrativos. De outro, poupadores, agentes visando manter a essência do patrimônio por meio de ativos de valorização estável e mínimo nível de risco.

As instituições financeiras que se posicionam entre esses agentes captam recursos de um lado, pagando por

isso determinada taxa de juro que signifique a eles a desejada *valorização estável e mínimo nível de risco*, e emprestam do outro, cobrando taxa de juro normalmente maior. Com a diferença entre os montantes devidos nas duas operações, denominado *spread*, a instituição procura cobrir seus vários dispêndios e então remunerar adequadamente o capital originalmente investido (ASSAF NETO, 2006).

2.2 Cooperativas de crédito

Cooperativas de crédito são também instituições financeiras captadoras de depósitos à vista – segundo classificação do Banco Central, ainda que nem todas realizem esse tipo de operação. Assim, oferecem a seus cooperados-usuários serviços nas formas de mecanismos de pagamentos diversos e de intermediação financeira entre agentes superavitários e deficitários de liquidez.

Ao longo das operações de seus serviços, cooperativas de crédito geram um resultado operacional, pela adição de margem operacional sobre o montante de custos administrativos. No caso das operações de intermediação financeira, a diferença entre os valores pagos aos poupadores e cobrados dos tomadores compõe um montante destinado a cobrir os custos operacionais e a formar um resíduo operacional, novamente o *spread*. No

TABELA 1 - Quantidades de instituições financeiras, por segmento de atividade, em 31 de dezembro de 2001 a 2007.

Segmento	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS CAPTADORAS DE DEPÓSITO À VISTA							
Banco Múltiplo	153	143	141	139	138	137	135
Banco Comercial (1)	28	23	23	24	22	21	20
Caixa Econômica	1	1	1	1	1	1	1
Cooperativa de Crédito	1.379	1.430	1.454	1.436	1.439	1.452	1.465
DEMAIS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS							
Agência de Fomento	9	10	11	12	12	12	12
Banco de Desenvolvimento	4	4	4	4	4	4	4
Banco de Investimento	20	23	21	21	20	18	17
Companhia Hipotecária	7	6	6	6	6	6	6
Sociedade de Crédito Financiamento e Investimento	42	46	47	46	50	51	52
Sociedade de Crédito Imobiliário (2) e Associação de Poupança e Empréstimo	18	18	18	18	18	18	18
Sociedade de Crédito ao Microempreendedor	23	37	49	51	55	56	52
OUTROS INTERMEDIÁRIOS FINANCEIROS (sujeitos à supervisão também da CVM)							
Sociedade Administradora de Consórcios	399	376	365	364	342	333	329
Sociedade de Arrendamento Mercantil	72	65	58	51	45	41	38
Sociedade Corretora de Câmbio	43	42	43	47	45	48	46
Sociedade Corretora de Títulos e Valores Mobiliários	177	161	147	139	133	116	107
Sociedade Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	159	151	146	138	134	133	135
Total	2.534	2.536	2.534	2.497	2.464	2.447	2.437

Fonte: Adaptado de Bacen (2008a).

(1) - Inclui os bancos estrangeiros com filiais no país.

(2) - Inclui 15 Sociedades de Crédito Imobiliário-Repassadoras que não podem captar recursos junto ao público.

caso de operações bancárias diversas, como pagamentos de títulos, compensação de documentos, manutenção de contas e contratação de operações de crédito, cobram-se tarifas por serviços visando os custos operacionais, assim como a formação do resíduo operacional. Ou seja, no decorrer das operações, buscam-se sobras nos montantes coletados para fazer frente aos diversos dispêndios (COLLI & FONTANA, 1996; WISNIEVSKI, 2004).

Uma diferença fundamental, entretanto, é que os usuários de tais serviços são também os cooperados, proprietários dos direitos residuais sobre seus fluxos financeiros e sobre seus ativos (CROTEAU, 1968; TAYLOR, 1974). Dessa forma, elas não visam à maximização do lucro operacional, pois as operações de captação e de aplicação de recursos são realizadas com os seus próprios sócios – ou, ainda que com outras instituições, em nome deles –, e eles por sua vez exigem vantagens operacionais e financeiras nessas operações. Considerando que as cooperativas existem para prestar serviços aos sócios, elas devem ter condições de oferecer tais serviços de forma vantajosa (PHILLIPS, 1953; PINHO, 1977).

Outra característica específica de cooperativas de crédito é a existência de uma polaridade natural entre, pelo menos, dois grupos de cooperados: nesse tipo de cooperativa, os cooperados podem atuar como fornecedores de seus recursos, realizando depósitos à vista ou à prazo na cooperativa, ou como consumidores de seus recursos, realizando empréstimos ou financiamentos; eles podem ainda atuar das duas formas ao mesmo tempo. Essa polaridade natural em cooperativas de crédito, não obstante o desafio gerencial que cria, levam essas organizações talvez à forma mais pura de cooperativismo (CROTEAU, 1968).

Não obstante a complementaridade, os interesses dos tomadores líquidos e dos poupadores líquidos são porém divergentes, podendo levar inclusive a divergências em relação ao controle da cooperativa (KRIEG, 2003). De um lado, agentes tomadores desejarão menores taxas de juros nas operações de crédito, o que demandaria menor remuneração aos recursos emprestados da organização. De outro, entretanto, agentes aplicadores cobrarão maior remuneração pelo recurso depositado, maiores juros portanto por esses recursos (CROTEAU, 1968; SPENCER, 1996; TAYLOR, 1974).

2.3 Gestão de sobras

As características das cooperativas impõem alguns dilemas específicos aos gestores dessas organizações, em especial relacionados à política de intermediação financeira; conforme sugerido por Smith et al. (1981), a partir de sugestão anterior de Flannery (1974), tal política poderia ser estabelecida entre pelos menos quatro alternativas: 1) maximização do resíduo operacional, sem privilegiar um ou outro grupo, 2) orientação da cooperativa para privilégio aos cooperados tomadores de recursos, 3) orientação para privilégio aos aplicadores de recursos, ou 4) orientação neutra, buscando-se não o privilégio mas a geração igualitária de benefícios a ambos.

No primeiro caso, da maximização do resíduo operacional, não se efetivaria benefício aos cooperados imediatamente, trabalhando-se com taxas de juros nas operações de crédito e de captações de depósitos compatíveis com o mercado, assim como possivelmente faria outra instituição financeira não cooperativa. O benefício seria efetivado indiretamente, possivelmente na qualidade e disponibilidade de outros serviços, ou posteriormente, possivelmente quando da distribuição dos resíduos gerados (SMITH, 1984, 1988; SMITH et al., 1981).

O extremo do segundo caso, supondo uma orientação completa com vistas aos cooperados tomadores de recursos, significaria a cooperativa maximizar o resultado parcial a partir das captações de depósitos – remuneração mínima aos depósitos, com base nas opções disponíveis no mercado – para então subsidiar a menor taxa de juros possível, nas operações de crédito (SMITH, 1984, 1988; SMITH et al., 1981).

O extremo do terceiro caso, ao contrário e supondo orientação completa para privilégio aos cooperados poupadores, significaria maximização parcial do resultado a partir das operações de crédito – cobrança máxima pelos empréstimos, com base também nas opções do mercado – para então suportar a maior remuneração possível nas operações de aplicação de recursos (SMITH, 1984, 1988; SMITH et al., 1981).

Finalmente o quarto caso, ainda conforme Smith (1984, 1988) e Smith et al. (1981) e supondo o equilíbrio de tratamento a ambos os tipos de agentes, significaria maximização direta e imediata do ganho total deles. Nessa estratégia, cada ganho extra a um dos grupos, uma unidade monetária a menos cobrada dos tomadores por exemplo, levaria ao mesmo ganho ao outro grupo, no exemplo uma unidade a mais de remuneração aos poupadores.

Diferentes estudos empíricos procuraram testar tais proposições sobre a orientação operacional de cooperativas de crédito, a começar pelo próprio Flannery (1974). A partir de uma amostra aleatória de 1.016 cooperativas federais de crédito americanas (universo de

12.717 organizações) e utilizando dados contábeis de dezembro de 1972, o autor identificou 233 orientadas aos poupadores (39,6%), 143 aos tomadores (24,3%) e 213 de orientação neutra em relação a um ou outro grupo (36,2%) (362 não puderam ser classificadas e 65 foram excluídas dos testes devido a faltas de dados). Vale ressaltar que 60,4% das que puderam ser classificadas (356 de 589) "desempenham bem o tipo de serviço comumente atribuído a cooperativas de crédito: são ou neutras ou orientadas aos tomadores" (FLANNERY, 1974, p. 140).

Além dessa, outras pesquisas foram desenvolvidas visando à classificação de cooperativas de crédito conforme seus objetivos operacionais na intermediação financeira: Patin Junior & McNeil (1991), em amostra de 9.660 cooperativas de crédito americanas e dados contábeis de 1985: 45,1% com orientação neutra, 15,6% orientadas aos tomadores e 39,3% orientadas aos poupadores; McKillop & Ferguson (1998), em 283 cooperativas de crédito do Reino Unido, dados contábeis de 1994: resultados opostos aos verificados para as cooperativas americanas, 14,1% com orientação neutra, 85,9% com orientação aos cooperados tomadores de recursos e nenhuma das estudadas orientada aos poupadores. Revisões de pesquisas empíricas, relacionadas a esse padrão de comportamento de cooperativas de crédito podem ser verificadas em Canning et al. (2003) e Leggett & Stewart (1999).

Essas alternativas indicadas para a política da intermediação financeira representam parte do conjunto de decisões gerenciais relacionadas às sobras em cooperativas de crédito. Primeiramente em relação às estratégias 2, 3 e 4 indicadas anteriormente, em que há uma distribuição imediata de benefícios aos associados, o *spread* seria gerado no montante mínimo para custeio operacional e não haveria, conseqüentemente, sobras operacionais da intermediação financeira. Assim, caso a decisão da política operacional fosse por uma dessas alternativas, qualquer montante potencial de sobras seria instantânea e diretamente distribuído aos cooperados.

Por outro lado, considerando a primeira estratégia indicada ou posturas mais conservadores nas outras três – ainda que privilegiando um ou outro grupo ou ambos, poder-se-iam estabelecer taxas de juros para empréstimos e operações de crédito que significassem *spread* acima dos custos operacionais – seriam geradas sobras operacionais. Nesse caso, a decisão gerencial estaria focada, não na distribuição implícita das sobras, mas na geração de superávit nos resultados operacionais periódicos da cooperativa, para então posterior decisão quanto à devolução aos cooperados (distribuição explícita).

Em resumo, supondo o estabelecimento de alguma meta para sobras operacionais a partir da atividade de intermediação financeira, essas poderiam ser geradas da diferença entre o *spread* e os custos operacionais. Possivelmente uma situação comum é a do que parte do ganho potencial aos cooperados, pela atuação cooperativada, seja distribuído de forma implícita, por meio de melhores taxas de juros ao longo das operações (maiores ou menores, aos poupadores ou tomadores respectivamente); o complemento não distribuído imediatamente comporia, por deliberação gerencial, um saldo de sobra operacional do período e receberia posterior destinação, explícita, a depender de outras deliberações dos gestores e de dirigentes da organização, bem como dos próprios cooperados reunidos em Assembleia Geral.

Essa destinação explícita de resultados pode ser feita, de modo geral, a investimentos na própria cooperativa – manutenção das sobras no patrimônio líquido da entidade (transferência para capital social ou para reservas, divisíveis ou indivisíveis), em contrapartida a aplicações em aumento de capital de giro ou de ativos não circulantes – ou para devolução propriamente dita aos cooperados, por meio de depósito nas respectivas contas correntes. Ou seja, tendo-se sobras ao final de cada exercício, têm-se recursos para fortalecimento da organização cooperativa e/ou para distribuição aos sócios cooperados.

Especificamente em relação a essa distribuição das sobras operacionais geradas, pelo menos três decisões gerenciais podem ser identificadas.

A primeira trata da divisão entre o montante a ser destinado a reservas indivisíveis, de propriedade de toda a sociedade cooperativa, e o montante a ser destinado para devolução aos cooperados.

A legislação cooperativista brasileira estabelece que, pelo menos, 15% das sobras líquidas seja reservada ou aprovisionada de forma indivisível aos cooperados [pelo menos 10% em reserva Legal, destinada a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades, e pelo menos 5% em reserva ou provisão denominada Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES), destinado à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e possivelmente aos empregados da cooperativa (BRASIL, 1971)]; ainda, resultados positivos de operações com não cooperados e de investimentos em sociedades não cooperativas serão destinados obrigatoriamente ao FATES (BRASIL, 1971). Não obstante as destinações legais, podem-se estabelecer em estatuto porcentagens maiores das sobras ou outras destinações para essas composições.

A segunda decisão ocorre após a definição do montante a ser devolvido aos cooperados, em função das destinações indivisíveis. A legislação determina que sobras líquidas sejam rateadas aos cooperados proporcionalmente às operações realizadas (BRASIL, 1971; LONDERO, 2005).

Entretanto, a parte das sobras líquidas originada nas atividades de intermediação financeira – *spread* – é composta pela diferença entre valores de juros recebidos pelos empréstimos e pagos pelos depósitos; ou seja, um mesmo valor de *spread* é originado de diferentes operações, com diferentes cooperados.

Para o rateio desse valor entre ambos grupos de cooperados – tomadores e aplicadores de recursos – será necessário o estabelecimento de algum critério que represente a participação de cada um nesse valor.

A terceira decisão ocorre após o rateio das sobras divisíveis aos cooperados, uma vez que se deve definir quanto à forma dessa devolução. Especialmente em cooperativas de crédito, essa devolução pode ser feita por depósito em conta corrente – disponibilização imediata – ou por integralização em conta de capital – indisponível imediatamente aos sócios, mas passível de reconhecimento como investimento pessoal e com potencial de realização em caixa, caso seja do interesse do cooperado (normalmente por meio de solicitação de demissão da sociedade).

A especificidade dessas decisões sobre distribuição de resultados em cooperativas de crédito demanda o presente estudo e a proposição de um modelo, para tipificação dessas estratégias de distribuição.

2 TIPIFICAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DE SOBRAS EM COOPERATIVAS DE CRÉDITO

Para o estudo das estratégias de distribuição de sobras de cooperativas de crédito, é proposto um modelo de tipificação dessas organizações (subseção 3.2, a seguir); antes, entretanto, é descrita a amostra de cooperativas de crédito rural que será utilizada no estudo (subseção 3.1), para em seguida proceder-se à análise e discussão dessas estratégias por meio de indicadores de rentabilidade (subseção 3.3).

3.1 Amostra

Na Tabela 2, está apresentada a listagem das cooperativas de crédito rural do estado de São Paulo, de acordo com informação do BACEN, em janeiro de 2008 (BACEN, 2008c); as cooperativas estão ordenadas de forma decrescente pelo ativo total contabilizado em seus respectivos balanços patrimoniais, de 31 de dezembro de 2007 (BACEN, 2007).

As cooperativas foram agrupadas em *quartis*, indicados na última coluna da referida tabela; assim, selecionou-se para utilização na pesquisa a amostra do primeiro quartil, para um estudo multicaso das sete maiores cooperativas singulares de crédito rural do estado de São Paulo, de acordo com o ativo total de 31 de dezembro de 2007.

Esse critério foi utilizado, pois essas cooperativas apresentam informações suficientes para o estudo no período considerado, inclusive permitindo análises pormenorizadas, possibilitando análise de informações adicionais às já disponibilizadas pelo Banco Central do Brasil. Ainda, essas cooperativas apresentam-se em adiantado estágio no ciclo de vida organizacional, o que possibilita uma análise detalhada de estratégias de distribuição de sobras.

Deve-se ressaltar que essas sete cooperativas são significativas pois representam, conjuntamente, 88,5% do ativo total das cooperativas singulares de crédito rural registradas em São Paulo, naquela data-base.

Pode-se verificar que das cooperativas estudadas em multicaso, seis estão sediadas na mesorregião de Ribeirão Preto, e uma na mesorregião de Piracicaba, sendo que ambas são mesorregiões do estado de São Paulo, com forte tradição agrícola. Tem-se que considerar que todas essas sete cooperativas de crédito rural mantêm forte relacionamento com cooperativas agropecuárias de suas respectivas regiões, compartilhando parte considerável do quadro social. Três delas são compostas principalmente por produtores de cana-de-açúcar; uma por produtores de café e as demais, por produtores de grãos e outros produtos agropecuários diversos.

3.2 Modelo de tipificação de acordo com padrões de distribuição de sobras

O modelo proposto para tipificação de cooperativas de crédito é desenvolvido com base nos padrões de distribuição das sobras aos cooperados. Na Figura 1, a seguir, estão ilustradas as possíveis destinações às sobras totais, geradas em cooperativas de crédito.

A tipificação da distribuição de sobras proposta é elaborada analisando-se os resultados de duas decisões: a) quanto à divisão das sobras a destinos divisíveis ou indivisíveis aos cooperados, e b) quanto a definição quanto à devolução das sobras divisíveis em conta corrente ou em conta de capital social. No âmbito dessas definições,

TABELA 2 – Listagem das cooperativas de crédito rural paulistas e de seus respectivos ativos totais em Dezembro de 2007.

Sigla	Razão Social	Município (sede)	Ativo Total ↓ (Dez. 2007, R$)	Grupo (quartil)
CREDICITRUS	Cooperativa De Crédito Rural Coopercitrus	Bebedouro	1.225.924.197,59	1
COCRED	Cooperativa De Crédito Dos Plantadores De Cana De Sertãozinho	Sertãozinho	571.152.242,69	1
COOPECREDI	Cooperativa De Crédito Rural Dos Plantadores De Cana Da Zona De Guariba	Guariba	425.577.879,68	1
COCREFOCAPI	Cooperativa De Crédito Rural Dos Fornecedores De Cana E Agropecuaristas Da Região De Piracicaba	Piracicaba	155.343.747,62	1
CREDICOONAI	Cooperativa De Crédito Rural Coonai	Ribeirão Preto	152.265.833,84	1
CREDICOCAPEC	Cooperativa De Crédito Rural Cocapec	Franca	68.884.692,34	1
CREDICAROL	Cooperativa De Crédito Rural Da Região De Orlândia	Orlândia	67.400.567,12	1
CREDISAN	Cooperativa De Crédito Rural Da Região Da Mogiana	São João da Boa Vista	46.536.068,36	2
	Cooperativa De Crédito Rural Da Alta Paulista	Adamantina	40.201.991,06	2
CREDICAP	Cooperativa De Crédito Rural Dos Plantadores De Cana Da Região De Capivari	Capivari	38.826.062,57	2
CREDIMOTA	Cooperativa De Crédito Rural De Cândido Mota	Cândido Mota	28.411.645,94	2
COFOCRED	Cooperativa De Crédito Rural Dos Fornecedores De Cana Da Região De Catanduva-Cofocred	Catanduva	27.011.704,59	2
CREDIVALE	Cooperativa De Crédito Rural Do Vale Do Paranapanema	Presidente Prudente	25.511.488,11	2
CREDICANA	Cooperativa De Crédito Rural Dos Produtores Agrícolas E Pecuários Da Média Sorocabana	Assis	23.633.794,10	2
CREDICERIPA	Cooperativa De Crédito Rural De Itaí-Paranapanema-Avaré	Itaí	20.514.290,55	2
CREDICAZOLA	Cooperativa De Crédito Rural Cazola	Lucélia	19.345.648,67	3
COCREJAU	Cooperativa De Crédito Rural De Jaú E Região	Jaú	17.818.660,58	3

Continua…
To be continued…

TABELA 2 – Continua…
***TABLE 2** – Continued…*

Sigla	Razão Social	Município (sede)	Ativo Total ↓ (Dez. 2007, R$)	Grupo (quartil)
COOPCRED	Coopcred-Cooperativa De Crédito Dos Fornecedores De Cana E Agropecuaristas Da Região Oeste Paulista	Valparaíso	11.415.117,38	3
COOPERCRED	Cooperativa De Crédito Dos Fornecedores De Cana De Barra Bonita E Região	Barra Bonita	8.309.418,07	3
CREDLÍDER	Cooperativa De Crédito Rural Do Extremo Oeste De São Paulo	Votuporanga	6.362.516,56	3
	Cooperativa De Crédito Dos Plantadores De Cana Da Região De Lençóis Paulista	Lençóis Paulista	6.326.667,18	3
CREDISOLO	Cooperativa De Crédito Rural Do Planalto Paulista – Credisolo	Garça	5.403.120,07	3
	Cooperativa De Crédito Dos Fornecedores De Cana Do Centro Do Estado De São Paulo	Araraquara	4.267.356,77	3
CREDICOLASO	Cooperativa De Crédito Rural Agropecuária Do Sudoeste Paulista	Sorocaba	3.590.749,51	4
CREDIMOGIANA	Cooperativa De Crédito Rural Da Baixa Mogiana	Mogi-Mirim	3.340.175,91	4
CRERURAL	Cooperativa De Crédito Rural Dos Plantadores De Cana Da Região De Igarapava	Igarapava	3.285.741,51	4
SUDOCRED	Cooperativa De Crédito Rural Do Sudoeste Paulista	Itapetininga	3.245.186,40	4
CREDISBO	Cooperativa De Crédito Dos Fornecedores De Cana E Dos Agropecuários Da Região De Santa Bárbara D'oeste	Santa Bárbara D'oeste	1.731.170,43	4
	Cooperativa De Crédito Rural Dos Agropecuaristas Da Região De Porto Feliz	Porto Feliz	750.112,26	4
	Cooperativa De Crédito Rural Solidário De Ribeirão Branco	Ribeirão Branco		4

Fontes: Bacen (2007, 2008c).

ocorre todo o possível conjunto limitado de estratégias de distribuição de resultados aos cooperados:

- Destinação das sobras a reservas e provisões indivisíveis, em limites superiores aos exigidos pela legislação, não ocorrendo portanto distribuição delas de forma individualizada aos cooperados (1).
- Destinação de parte das sobras a reservas e provisões indivisíveis e da parte restante ao capital social individual dos cooperados, no patrimônio líquido da cooperativa e, portanto, indisponível imediatamente a eles (2).
- Também destinação de parte das sobras a reservas e provisões indivisíveis e da parte restante,

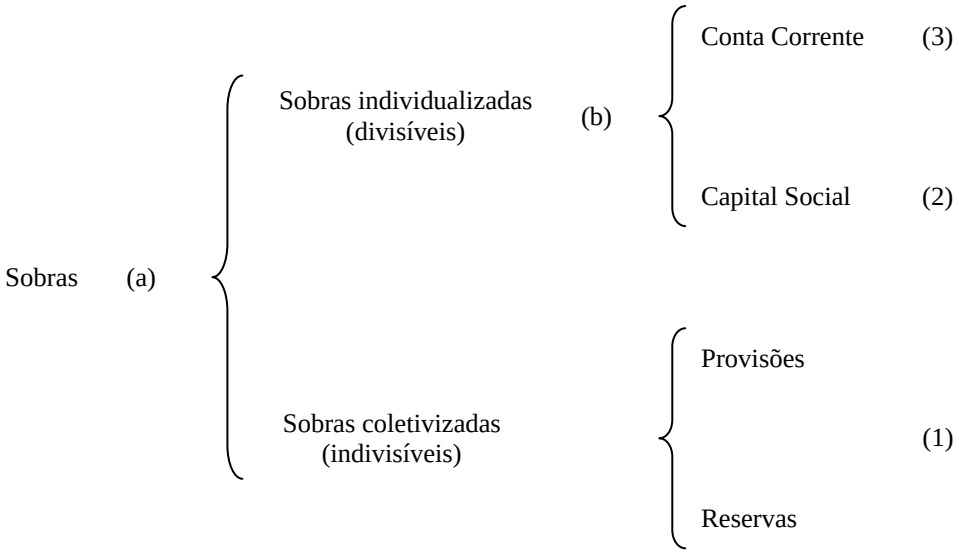

FIGURA 1. Distribuição das sobras, especificamente para cooperativas de crédito.

diretamente aos cooperados, nas respectivas contas correntes, passível de utilização imediata (3).

Para análise do padrão de distribuição de resultados aos cooperados, é utilizado um valor de sobras totais geradas aos cooperados, oriundo das sobras geradas em cada exercício social das cooperativas, mais alguns ajustes.

O cálculo das sobras totais geradas aos cooperados é feito somando-se às sobras líquidas do exercício – diferença entre ingressos e dispêndios totais – os seguintes valores, quando existentes: baixa no exercício de reserva de reavaliação, resultado proveniente de ajuste de exercício anterior, capitalização de reservas de lucros creditadas em exercícios anteriores, e valor líquido dos juros sobre capital próprio debitados do resultado do exercício.

No Quadro 1, a seguir, estão indicados esse cálculo e as respectivas contabilizações, que geram os valores a serem considerados. Ressalta-se que as contas contábeis, indicadas no quadro abaixo, e nos próximos são provenientes do COSIF, conforme normatização do Bacen (1987).

A partir do total de sobras geradas aos cooperados, identifica-se quanto desse resultado é destinado de forma individual aos cooperados e quanto é tornado indivisível, pertencente, a partir de então, de forma coletiva a todo o quadro social da cooperativa.

Primeiro, a parte individualizada: é composta pelo montante do resultado devolvido aos cooperados em conta corrente, mais o montante capitalizado individualmente; esse, por sua vez, é resultado da devolução do resultado em conta de capital social, mais a transferência ao capital a partir de reservas de lucros, mais os juros sobre capital próprio pagos no exercício. Em detalhe, no Quadro 2, indicando-se também as contabilizações que deram origem aos valores considerados no cálculo.

Vale ressaltar que a efetivação da capitalização e da devolução em conta corrente dos resultados pode ser feita logo ao encerramento do exercício e/ou no início do exercício seguinte, quando da Assembleia Geral Ordinária (AGO) da cooperativa. Isso, porque cada cooperativa descreve, no respectivo estatuto social, as regras relativas à distribuição das sobras líquidas de cada exercício – descontadas as destinações obrigatórias – inclusive a parcela a ser destinada à deliberação da AGO. Não obstante, o cálculo indicado acima para análise da distribuição dos resultados considera a totalidade das distribuições das sobras – em conta corrente ou de capital – no mesmo exercício em que foram geradas.

Em seguida, calcula-se a parte coletivizada das sobras totais geradas aos cooperados: é composta pela somatória dos montantes destinados à reserva Legal, à composição de outras reservas de Lucros, à composição do FATES e à composição de outros fundos que tenham sido criados na cooperativa com essa característica de indivisibilidade. O cálculo detalhado está indicado no Quadro 3.

QUADRO 1 – Cálculo das sobras totais geradas aos cooperados.

Item de Cálculo	Contabilização de Origem
Total de Ingressos	Contas de resultado credoras a Sobras e perdas acumuladas
(-) Total de Dispêndios	Sobras e perdas acumuladas a Contas de resultado devedoras
(=) Sobras líquidas do exercício	
(+) Baixa de Reserva de reavaliação	Reservas de reavaliação a Sobras e perdas acumuladas
(+) Resultado do exercício anterior	Diversos (ajustes do exercício anterior) a Sobras e perdas acumuladas
(+) Capitalização de reservas de lucros	Reservas de lucros a Capital social
(+) Juros sobre capital próprio (líquido)	Despesas de juros ao capital a Reservas especiais de lucros a Dividendos e bonificações a pagar
(=) Sobras totais geradas aos cooperados	

QUADRO 2 – Cálculo das sobras totais geradas aos cooperados.

Item de Cálculo	Contabilização de Origem
Devolução de sobras aos cooperados em conta corrente	Sobras ou Perdas Acumuladas a Depósitos à Vista
(+) Devolução de sobras aos cooperados em conta capital	Sobras ou Perdas Acumuladas a Capital Social
(+) Capitalização de reservas de lucros	Reservas de lucros a Capital social
(+) Juros sobre capital próprio (líquido)	Despesas de juros ao capital a Reservas especiais de lucros a Dividendos e bonificações a pagar
(=) Sobras individualizadas (divisíveis)	

Considerando-se que, ao encerramento da AGO seguinte a cada exercício social, a conta *Sobras e perdas acumuladas* é zerada, então a totalidade dos resultados gerados aos cooperados é distribuída conforme indicado nos cálculos acima. Verificando-se, então, a divisão das sobras totais geradas aos cooperados, nos montantes divisíveis e indivisíveis, propõe-se o modelo de tipificação da distribuição de sobras de cooperativas de crédito, conforme descrito no Quadro 4, a seguir.

Nesse modelo sugerido para tipificação de cooperativas de crédito, separam-se inicialmente, no tipo I, as cooperativas que destinam alguma parte dos resultados direta e explicitamente aos cooperados, por meio de depósito em conta corrente; isso, independentemente da distribuição do restante dos resultados. Essa característica pode ser importante para incentivo contratual à participação e à fidelidade dos cooperados, pois eles recebem em dinheiro alguma parte dos resultados auferidos pela cooperativa.

Após essa separação inicial, e sobrando então somente as cooperativas que não devolvem resultados em conta corrente, classificam-se as restantes de acordo com as destinações em maior montante, seja ao capital social ou às reservas/provisões indivisíveis, respectivamente tipos II e III.

Para as análises multicaso, incluindo o diagnóstico e a tipificação da distribuição de sobras, foram encaminhados questionários às sete cooperativas

QUADRO 3 – Cálculo da parcela das sobras coletivizada ao quadro social da cooperativa.

Item de Cálculo	Contabilização de Origem
Composição de reserva legal	Sobras ou Perdas Acumuladas à Reserva Legal
(+) Composição de outras Reservas de lucros	Sobras ou Perdas Acumuladas à Reservas estatutárias à Reservas para contingências à Reservas para expansão à Reservas de lucros a realizar à Reservas especiais de lucros
(+) Composição de FATES	Sobras ou Perdas Acumuladas a Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social
(+) Composição de outros fundos indivisíveis que tenham sido criados na cooperativa	Sobras ou Perdas Acumuladas a Diversos (específico em cada cooperativa com esse tipo de aprovisionamento)
(=) Sobras coletivizadas (indivisíveis)	

QUADRO 4 – Descrição do modelo para tipificação da distribuição de resultados aos cooperados de cooperativas de crédito.

Tipo de Coope-rativa	Especificação (quanto à distribuição das sobras totais geradas aos cooperados)	Descrição
I	Alguma parte das sobras devolvida em dinheiro na Conta Corrente dos cooperados.	Cooperativas que devolvem alguma parte do resultado em dinheiro nas contas correntes dos cooperados.
II	Maior parte das sobras devolvida no Capital Social dos cooperados.	Cooperativas que devolvem maior parte dos resultados nas contas capital social dos cooperados do que em reservas indivisíveis; não há devolução em conta corrente.
III	Maior parte das sobras destinada a reservas/provisões Indivisíveis.	Cooperativas que devolvem maior parte dos resultados às reservas e provisões indivisíveis do que nas contas capital social dos cooperados; também não há devolução em conta corrente.

selecionadas, solicitando informações complementares aos dados contábeis disponibilizados pelo BACEN, bem como números específicos sobre a distribuição das sobras líquidas aos cooperados, as mutações da conta de capital social, e a evolução do quadro social.

As análises dessas respostas permitem os cálculos das destinações das sobras totais geradas por elas, nos cinco anos indicados para estudo. Assim, tipificam-se as cooperativas de acordo com o modelo proposto acima, nos tipos I, II ou III, em função do padrão de distribuição de resultados aos cooperados.

Na Tabela 3, a seguir, estão apresentadas as porcentagens das destinações das sobras totais geradas a cada ano, de 2003 a 2007, de cada cooperativa estudada; estão indicados também a média e o desvio padrão desses quocientes no período.

Considerou-se, para a tipificação que, quando há alguma distribuição em conta corrente a cooperativa é classificada como tipo I; para os outros casos, considerou-se a proporção maior, isso é, quando a distribuição de sobras para capital social é proporcionalmente maior do que a distribuição para reservas indivisíveis, a cooperativa é tipificada como II; no caso inverso, ela é tipificada como III.

O resultado da tipificação está apresentado no Quadro 5, abaixo. Estão apresentados os tipos de cada cooperativa, a cada ano do estudo, e a moda dessas

TABELA 3 – Destinações das sobras totais geradas aos cooperados, pelas cooperativas de crédito rural estudadas, de 2003 a 2007.

Cooperativa	Destinação das Sobras	2003	2004	2005	2006	2007	Média (DP)
COOPECREDI	Conta Corrente	13,3%	17,6%	24,1%	19,5%	12,5%	35,6% (21,2%)
	Capital Social	63,5%	59,6%	53,0%	43,3%	15,5%	47,0% (19,2%)
	Indivisíveis	23,2%	22,8%	22,9%	37,2%	72,0%	17,4% (4,7%)
CREDICOONAI	Conta Corrente	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0% (0,0%)
	Capital Social	85,0%	85,0%	85,0%	85,0%	72,9%	82,6% (5,4%)
	Indivisíveis	15,0%	15,0%	15,0%	15,0%	27,1%	17,4% (5,4%)
CREDICAROL	Conta Corrente	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0% (0,0%)
	Capital Social	6,5%	7,5%	6,6%	8,3%	11,1%	8,0% (1,9%)
	Indivisíveis	93,5%	92,5%	93,4%	91,7%	88,9%	92,0% (1,9%)
CREDICITRUS	Conta Corrente	15,3%	15,0%	15,8%	12,2%	13,5%	14,3% (1,5%)
	Capital Social	9,1%	10,7%	22,6%	43,6%	30,6%	23,3% (14,4%)
	Indivisíveis	75,6%	74,3%	61,6%	44,2%	56,0%	62,3% (13,1%)
COCREFOCAPI	Conta Corrente	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0% (0,0%)
	Capital Social	10,0%	43,7%	51,1%	51,7%	55,5%	42,4% (18,6%)
	Indivisíveis	90,0%	56,3%	48,9%	48,3%	44,5%	57,6% (18,6%)
CREDICOCAPEC	Conta Corrente	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0% (0,0%)
	Capital Social	30,1%	16,2%	42,5%	42,5%	43,8%	35,0% (11,9%)
	Indivisíveis	69,9%	83,8%	57,5%	57,5%	56,2%	65,0% (11,9%)
COCRED	Conta Corrente	8,7%	5,7%	7,3%	13,8%	10,8%	9,3% (3,1%)
	Capital Social	36,2%	37,6%	36,2%	27,9%	30,3%	33,7% (4,3%)
	Indivisíveis	55,0%	56,7%	56,4%	58,3%	58,9%	57,1% (1,6%)

QUADRO 5 - Tipificação das cooperativas de crédito rural estudadas, de acordo com padrões de distribuição de resultados.

Cooperativa	2003	2004	2005	2006	2007	Moda
COOPECREDI	I	I	I	I	I	I
CREDICOONAI	II	II	II	II	II	II
CREDICAROL	III	III	III	III	III	III
CREDICITRUS	I	I	I	I	I	I
COCREFOCAPI	III	III	II	II	II	II
CREDICOCAPEC	III	III	III	III	III	III
COCRED	I	I	I	I	I	I

indicações para o período; é utilizada essa estatística para a tipificação temporal das cooperativas, também utilizada no restante das análises.

Pode-se verificar que, três cooperativas destinam alguma parte dos resultados aos cooperados por meio de depósitos em conta corrente. As outras quatro não fazem isso, garantindo a manutenção da totalidade dos recursos em caixa, sob administração de seus próprios gestores. Ainda, duas delas têm como padrão a destinação da maior parte dos resultados às contas do capital social dos cooperados – recursos mantidos no patrimônio líquido da entidade, ainda que contabilizados individualmente aos sócios – enquanto outras duas têm como padrão a destinação da maior parte dos resultados a reservas e provisões indivisíveis. Entre as cooperativas, há a **COCREFOCAPI**, única que muda a estratégia ao longo

dos anos: nos dois anos iniciais, distribuiu as sobras primordialmente em reservas indivisíveis, e nos três anos subsequentes, no capital social dos sócios. O resumo dessa tipificação está apresentado no Quadro 6, a seguir.

3.3 Análise e discussão dos resultados

Como meio à análise e discussão sobre a tipificação proposta, procede-se a uma análise de rentabilidade das cooperativas estudadas; pretende-se verificar se há ou não aproximação entre essas estratégias e, de acordo com a hipótese inicial, o ciclo de vida ou o desempenho dessas organizações. A análise da rentabilidade das cooperativas de crédito é feita por meio de dois indicadores, retorno sobre os ativos (ROA) e retorno sobre o patrimônio líquido (ROE).

O retorno médio sobre os ativos (ROA) é calculado a partir do quociente entre o resultado líquido do período – ingressos menos dispêndios incorridos – e o ativo total médio. O ROE, por sua vez, é calculado de forma similar, mas tendo-se no denominador do quociente o patrimônio líquido médio no período. Os indicadores calculados do retorno sobre os ativos das cooperativas de crédito rural da amostra estão apresentados na Tabela 4, abaixo.

Analisando esses resultados, verifica-se que duas das três cooperativas com maiores valores do ROA seguem a estratégia I, de devolução de alguma parte do resultado total gerado nas contas correntes dos cooperados (Credicitrus e Cocred). Entretanto, a terceira dessas cooperativas segue a estratégia III, da destinação da maior parte de seus resultados a reservas e provisões indivisíveis (Credicarol).

Em relação aos menores patamares do ROA, as outras quatro cooperativas estão espalhadas também pelas três estratégias de distribuição de resultados, não parecendo haver correspondência entre a forma de distribuição de sobras escolhida e esse indicador de desempenho, nos casos estudados.

Em relação ao patrimônio líquido das cooperativas estudadas, foram calculados também os indicadores de rentabilidade. Na Tabela 5, abaixo, estão resumidos os dados utilizados no cálculo desse indicador, bem como apresentados os resultados do quociente de rentabilidade para as sete cooperativas da amostra, ao longo dos cinco anos do estudo.

Os quocientes de retorno sobre o patrimônio líquido são também analisados diferencialmente, de acordo com a tipificação sugerida para as cooperativas de crédito. Duas cooperativas entre as três do tipo I apresentam os maiores valores da rentabilidade sobre o patrimônio líquido, tanto na média do período estudado, quanto no ano de 2007: Credicitrus e Cocred. As outras cinco cooperativas, dos tipos II e III, mais a terceira do tipo I, apresentam valores de rentabilidade similares, menores do que daquelas duas.

Assim como observado quanto ao retorno sobre os ativos, os valores analisados da rentabilidade sobre o patrimônio líquido não parecem se identificar com algum tipo específico de cooperativa, tipificadas no que tange à distribuição dos resultados, nesses estudos de caso realizados.

Os resultados dessa tipificação podem ser analisados também com base em informações sobre o crescimento dessas cooperativas estudadas no período estudado; para crescimento, são utilizados dois conjuntos de dados: quantidade de cooperados ativos e ativo total.

Primeiro, em relação à evolução dos quadros sociais, os dados estão apresentados na Tabela 6 abaixo, incluindo uma estatística de crescimento anual médio linear. Considerando os dados finais de 2007, duas das três cooperativas do tipo I são as maiores da amostra estudada (Credicitrus e Cocred); as duas do tipo III são as menores cooperativas, e as duas do tipo II apresentam quantidades intermediárias para essa amostra.

Em termos de taxas de crescimento, as duas indicadas do tipo I foram as que apresentaram maiores taxas de crescimento linear do quadro social de 2003 a 2007; as demais, incluindo a Coopecredi (tipo I), apresentam taxas de crescimento próximas, todas abaixo de 10% ao ano, em média.

Segundo, em relação aos totais de ativos dessas cooperativas, contabilizados nos respectivos balanços dos finais dos anos estudados; dados apresentados na Tabela 7, a seguir, também incluindo estatística de crescimento anual médio linear. Olhando-se primeiro para os números do final de 2007, percebe-se uma clara divisão das sete cooperativas nos três grupos indicados: as maiores cooperativas são as do tipo I, e as menores as do tipo III, sendo as do tipo II de tamanho intermediário entre as demais. Vale ressaltar que as cooperativas dos grupos II e III apresentaram, intragrupos e naquele ano, tamanhos bastante similares.

Em relação às taxas de crescimento anual médias, não há a mesma correspondência, mas há observações a serem destacadas. As que menos cresceram no período foram as duas cooperativas do tipo III; as do tipo II, por outro lado, representam a primeira e a terceira de maior crescimento, restando portanto as três do tipo I como segunda, quarta e quinta, na ordem decrescente de aumento dos ativos no período.

QUADRO 6 - Indicação das cooperativas em cada tipo quanto ao padrão de distribuição de resultados.

Tipo	Especificação (quanto à distribuição dos resultados totais gerados aos cooperados)	Cooperativas		
I	Alguma parte das sobras devolvida em dinheiro na Conta Corrente dos cooperados.	COOPECREDI	CREDICITRUS	COCRED
II	Maior parte das sobras devolvida no Capital Social dos cooperados.	CREDICOONAI		COCREFOCAPI
III	Maior parte das sobras destinada a reservas/provisões Indivisíveis.	CREDICAROL		CREDICOCAPEC

TABELA 4 - Médias anuais do retorno sobre ativos das cooperativas de crédito rural estudadas (período: 2003-07).

Cooperativa	Item	2003	2004	2005	2006	2007	Média (DP)
TIPO I: Alguma parte das sobras devolvida em dinheiro na Conta Corrente dos cooperados.							
COOPECREDI	Retorno médio anual	15,8%	14,3%	15,1%	13,0%	10,5%	13,7% (2,1%)
	Custo médio anual	13,1%	12,0%	12,8%	10,8%	8,9%	11,5% (1,7%)
	ROA	2,7%	2,2%	2,3%	2,2%	1,6%	2,2% (0,4%)
CREDICITRUS	Retorno médio anual	25,6%	24,3%	22,1%	18,7%	16,2%	21,4% (3,9%)
	Custo médio anual	15,5%	16,1%	16,5%	14,4%	11,6%	14,8% (2,0%)
	ROA	10,1%	8,2%	5,5%	4,3%	4,6%	6,5% (2,5%)
COCRED	Retorno médio anual	24,8%	23,4%	25,6%	21,4%	20,9%	23,2% (2,0%)
	Custo médio anual	15,3%	13,9%	18,9%	14,8%	12,8%	15,1% (2,3%)
	ROA	9,4%	9,5%	6,7%	6,7%	8,2%	8,1% (1,4%)
TIPO II: Maior parte das sobras devolvida no Capital Social dos cooperados.							
CREDICOONAI	Retorno médio anual	30,4%	31,2%	34,1%	24,7%	20,3%	28,1% (5,5%)
	Custo médio anual	25,0%	25,7%	30,4%	20,3%	17,4%	23,8% (5,0%)
	ROA	5,3%	5,4%	3,7%	4,4%	2,8%	4,3% (1,1%)
COCREFOCAPI	Retorno médio anual	19,8%	18,1%	18,3%	14,3%	12,7%	16,6% (3,0%)
	Custo médio anual	16,7%	14,0%	14,2%	10,9%	10,4%	13,3% (2,6%)
	ROA	3,1%	4,1%	4,1%	3,4%	2,3%	3,4% (0,8%)
TIPO III: Maior parte das sobras destinada a reservas/provisões Indivisíveis.							
CREDICAROL	Retorno médio anual	23,2%	23,0%	23,0%	18,7%	14,4%	20,5% (3,9%)
	Custo médio anual	13,9%	11,1%	10,7%	10,3%	9,0%	11,0% (1,8%)
	ROA	9,4%	11,9%	12,4%	8,4%	5,4%	9,5% (2,8%)
CREDICOCAPEC	Retorno médio anual	27,1%	20,8%	21,1%	18,7%	16,3%	20,8% (4,0%)
	Custo médio anual	25,4%	18,9%	17,0%	13,6%	13,6%	17,7% (4,9%)
	ROA	1,6%	1,9%	4,0%	5,1%	2,7%	3,1% (1,5%)

TABELA 5 - Cálculo do retorno sobre o patrimônio líquido das cooperativas de crédito rural estudadas (período: 2003-07).

Cooperativa	Item	2003	2004	2005	2006	2007	Média (DP)
TIPO I: Alguma parte das sobras devolvida em dinheiro na Conta Corrente dos cooperados.							
COOPE-CREDI	Sobras líquidas	4.121.649,27	4.278.562,81	4.743.172,08	6.301.517,75	6.811.050,34	
	PL médio	21.011.421,97	24.690.995,21	29.480.721,14	34.851.574,93	46.462.677,39	
	ROE	19,6%	17,3%	16,1%	18,1%	14,7%	17,2% (1,9%)
CREDI-CITRUS	Sobras líquidas	32.222.644,94	35.566.615,13	36.184.469,83	36.705.455,17	50.056.171,09	
	PL médio	75.099.697,73	108.485.874,82	139.449.690,19	174.687.474,48	264.402.971,11	
	ROE	42,9%	32,8%	25,9%	21,0%	18,9%	28,3% (9,7%)
COCRED	Sobras líquidas	19.609.639,79	19.244.536,42	17.938.171,82	25.097.051,16	41.014.455,00	
	PL médio	67.840.420,20	84.882.456,49	99.502.009,11	111.001.286,42	141.256.406,13	
	ROE	28,9%	22,7%	18,0%	22,6%	29,0%	24,3% (4,7%)
TIPO II: Maior parte das sobras devolvida no Capital Social dos cooperados.							
CREDI-COONAI	Sobras líquidas	1.453.675,86	2.009.522,38	1.719.732,21	3.340.971,44	3.604.192,04	
	PL médio	6.335.428,54	8.379.043,93	10.247.008,53	14.175.950,96	28.667.641,65	
	ROE	22,9%	24,0%	16,8%	23,6%	12,6%	20,0% (5,1%)
COCRE-FOCAPI	Sobras líquidas	1.480.323,10	2.229.407,27	2.934.954,19	3.638.014,07	3.140.244,42	
	PL médio	12.774.944,76	14.739.480,24	17.149.152,35	20.526.526,93	24.397.358,06	
	ROE	11,6%	15,1%	17,1%	17,7%	12,9%	14,9% (2,6%)
TIPO III: Maior parte das sobras destinada a reservas/provisões Indivisíveis.							
CREDI-CAROL	Sobras líquidas	3.004.340,25	3.472.916,64	4.516.969,17	4.125.551,84	3.590.379,20	
	PL médio	13.765.758,97	16.948.688,66	21.526.095,91	26.478.930,28	31.835.517,04	
	ROE	21,8%	20,5%	21,0%	15,6%	11,3%	18,0% (4,5%)
CREDI-COCAPEC	Sobras líquidas	424.061,75	591.558,12	1.652.516,97	2.619.647,44	1.647.874,36	
	PL médio	4.307.050,43	4.934.270,75	6.577.307,22	9.503.547,10	11.962.390,71	
	ROE	9,8%	12,0%	25,1%	27,6%	13,8%	17,7% (8,1%)
Média (DP) das cooperativas	ROE			20,0% (6,9%)			

TABELA 6 - Quantidades de cooperados ativos das cooperativas estudadas (período: 2003-07).

Cooperativa	2003	2004	2005	2006	2007	Cresc. Méd. Anual
TIPO I: Alguma parte das sobras devolvida em dinheiro na Conta Corrente dos cooperados.						
COOPECREDI	1.192	1.247	1.287	1.497	1.727	9,7%
CREDICITRUS	8.915	10.900	16.047	20.109	28.061	33,2%
COCRED	2.914	3.396	3.822	5.145	7.669	27,4%
TIPO II: Maior parte das sobras devolvida no Capital Social dos cooperados.						
CREDICOONAI	5.065	5.480	5.584	5.855	6.186	5,1%
COCREFOCAPI	3.622	3.581	3.799	3.263	3.665	0,3%
TIPO III: Maior parte das sobras destinada a reservas/provisões Indivisíveis.						
CREDICAROL	1.724	1.616	1.360	1.602	1.879	2,2%
CREDICOCAPEC	820	906	978	1.073	1.146	8,7%

TABELA 7 - Totais de ativos das cooperativas estudadas (R$ mi; databases: 31/12/2003-07).

Cooperativa	2003	2004	2005	2006	2007	Cresc. Méd. Anual
TIPO I: Alguma parte das sobras devolvida em dinheiro na Conta Corrente dos cooperados.						
COOPECREDI	156,7	167,0	215,9	332,7	425,6	28,4%
CREDICITRUS	354,1	519,8	751,7	1.007,2	1.225,9	36,4%
COCRED	195,9	206,5	272,7	426,1	571,2	30,7%
TIPO II: Maior parte das sobras devolvida no Capital Social dos cooperados.						
CREDICOONAI	27,7	40,6	52,9	94,0	152,3	53,1%
COCREFOCAPI	51,9	62,3	84,9	137,2	155,3	31,6%
TIPO III: Maior parte das sobras destinada a reservas/provisões Indivisíveis.						
CREDICAROL	31,1	28,6	40,4	59,4	67,4	21,3%
CREDICOCAPEC	28,5	28,7	47,3	54,8	68,9	24,7%

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, foram tipificadas cooperativas de crédito, de acordo com os padrões de distribuição de sobras aos cooperados. Pode-se considerar que os critérios para essa distribuição são oriundos de estratégias específicas para cada uma dessas organizações, não obedecendo a um padrão estabelecido no conjunto delas.

Também considera-se que essas estratégias tipificadas não estão, nesses casos, aparentemente associadas com a rentabilidade apresentada pelas cooperativas, seja analisada com base nos ativos, seja no patrimônio líquido – ROA e ROE, respectivamente.

Assim, aparentemente não há associação dessas políticas de distribuição de sobras com a rentabilidade das cooperativas, ou ainda não é a presença de maior rentabilidade que influencia no estabelecimento dessas políticas de distribuição, ou vice-versa.

Por outro lado, as maiores cooperativas da amostra – em termos de ativos totais e de quantidades de cooperados (quantidade total e taxa média de crescimento), com uma exceção nesses critérios de quadro social – são as classificadas no tipo I; as menores são as do tipo III, e as de tamanho intermediário são as do tipo II. Essa correspondência do padrão de distribuição de resultados com o tamanho das organizações pode indicar que as políticas, em relação às sobras podem variar em função do estágio de desenvolvimento no ciclo de vida em que elas se encontram.

Assim, as maiores cooperativas, tanto em termos de estrutura financeira quanto de quadro social, estariam mais propensas a distribuir resultados aos cooperados; as menores, por outro lado, possivelmente com maiores demandas por crescimento financeiro da organização, estariam mais propensas a guardar os resultados, inclusive em formas indivisíveis aos cooperados.

Deve-se considerar ainda que, a distribuição de sobras em conta corrente dos produtores rurais associados poderia sugerir uma estratégia da cooperativa para a atração de novos cooperados em um processo de crescimento, ou de manutenção do quadro social, influindo na fidelidade dos associados já existentes na cooperativa.

Essa segunda afirmação é provavelmente coerente quando se considera o tamanho em associados das cooperativas classificadas, isso é, as cooperativas classificadas como tipo I (menos uma) também são as maiores cooperativas em quantidade de cooperados, e essa política possivelmente contribuiria para uma maior atração, incremento de operações e fidelização dos seus associados.

Futuros estudos poderiam ser desenvolvidos para aprofundar o conhecimento nessa relação entre política de distribuição de resultados e estágio de desenvolvimento da cooperativa, pois esse questionamento não foi objeto da presente pesquisa. Em especial, parece necessário questionar se a propensão à distribuição (retenção) de sobras está relacionada ao fato da cooperativa já ter alcançado um tamanho satisfatório (necessitar alcançar um determinado tamanho), ou se estaria relacionada ao maior afastamento (proximidade) dos cooperados em relação às expectativas a serem realizadas por meio da cooperação.

Consideram-se importantes essas discussões, nesse estudo multicaso, uma vez que as cooperativas de crédito rural do tipo I são também aquelas maiores, mais desenvolvidas financeiramente, e com maior volume de ativos. Também as cooperativas que mais capitalizam os seus resultados são aquelas que estão ainda dependentes de um processo de crescimento e necessitam de maiores recursos. Assim, para esses casos, o tamanho e a estratégia de crescimento seriam os determinantes das estratégias de distribuição de sobras.

Neste estudo, há contribuição à pesquisa sobre organizações cooperativas de crédito, especialmente por conta da discussão sobre as políticas dessas organizações, em relação às sobras. Conforme apresentado, há diversos trabalhos tratando sobre as políticas operacionais que afetam a geração das sobras, especialmente pela possibilidade dos grupos internos de cooperados poupadores ou tomadores de recursos poderem ser privilegiados diferencialmente, por meio de decisões gerenciais não necessariamente claras aos sócios-proprietários dessas organizações. Não obstante, há que se empreender mais estudos no outro conjunto de decisões gerenciais relacionadas às sobras: que tratam das políticas de distribuição das sobras geradas. O modelo de tipificação aqui apresentado pode ser um instrumento útil nessa discussão.

Ainda, e complementarmente ao modelo de tipificação, foram descritos métodos de ajustamento de dados contábeis de cooperativas de crédito para cálculo de informações relacionadas às políticas de sobras, inclusive com indicação das contabilizações de origem desses números. Estão descritos os métodos para cálculo do valor total de sobras geradas aos cooperados – possivelmente diferente do valor de sobras líquidas do período –, bem como das parcelas dessas sobras individualizadas aos cooperados e coletivizadas ao quadro social como um todo, da cooperativa. Esses métodos podem ser úteis em futuras pesquisas relacionadas às políticas de distribuição de resultados em cooperativas.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSAF NETO, A. **Estrutura e análise de balanços**: um enfoque econômico-financeiro. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2006. 371 p.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Atualização mensal de dados**. Brasília, 1 jan. 2008a.Disponível em: <http://www.BACEN.gov.br/?QEVSFN200801>. Acesso em: 21 nov. 2008.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Circular 1.273, de 29 de dezembro de 1987. **Diário Oficial da União**, Brasília, p. 22.923, 30 dez. 1987.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Composição**: composição e evolução do SFN. Brasília, 2008b. Disponível em <http://www.bcb.gov.br/?SFNCOMP>. Acesso em: 10 dez. 2008.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **PASCS10**: acesso seguro ao SISBACEN. Versão 1.5.0.5B. Brasília, 18 jul. 2007. Disponível em: <http://www.BACEN.gov.br/?SISBACEN>. Acesso em: 3 set. 2008.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relação de instituições em funcionamento no país**: sedes de cooperativas e sociedades de crédito ao microempreendedor sob a supervisão do BACEN, em funcionamento no país. Brasília, 2 jan. 2008c. Disponível em: <http://www.BACEN.gov.br/?RELINST>. Acesso em: 19 nov. 2008.

BRASIL. Presidência da República. Lei n. 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 16 dez. 1971.

BRESSAN, V. G. F.; BRAGA, M. J. Perfil das cooperativas de crédito mútuo do estado de Minas Gerais. **Revista de Economia e Agronegócio**, Viçosa, v. 4, n. 4, p. 511-531, 2006.

CANNING, D.; JEFFERSON, C. W.; SPENCER, J. E. Optimal credit rationing in not-for-profit financial institutions. **International Economic Review**, v. 44, n. 1, p. 243-261, 2003.

COLLI, J. A.; FONTANA, M. **Contabilidade bancária**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1996. 383 p.

CROTEAU, J. T. **A economia das cooperativas de crédito**. São Paulo: Atlas, 1968. 212 p.

FLANNERY, M. J. **An economic evaluation of credit unions in the United States**. Boston: Federal Reserve Bank of Boston, 1974. (Research Report, 54).

KRIEG, J. M. Credit unions: who is in control? **Northwest Journal of Business and Economics**, 2003.

LEGGETT, K. J.; STEWART, Y. H. Multiple common bond credit unions and the allocation of benefits. **Journal of Economics and Finance**, v. 23, n. 3, p. 235-245, 1999.

LONDERO, P. Assembleias gerais e o retorno das sobras. In: KRUEGER, G. (Coord.). **Cooperativismo e o novo código civil**. 2. ed. Belo Horizonte: Mandamentos, 2005. p. 267-275. (Série Cooperativismo, 1).

MCKILLOP, D.; FERGUSON, C. An examination of borrower orientation and scale effects in UK credit unions. **Annals of Public and Cooperative Economics**, v. 69, n. 2, p. 219-242, 1998.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. **Cooperativismo de crédito brasileiro**. Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.brasilcooperativo.coop.br/Portals/0/documentos/comunicacao/130807_Apresentacao.pdf>. Acesso em: 13 set. 2007.

PATIN JUNIOR, R. P.; MCNEIL, D. W. Member group orientation of credit unions and total member benefits. **Review of Social Economy**, v. 49, n. 1, p. 37-61, 1991.

PHILLIPS, R. Economic nature of the cooperative association. **Journal of Farm Economics**, v. 35, n. 1, p. 74-87, Feb. 1953.

PINHO, D. B. **Economia e cooperativismo**. São Paulo: Saraiva, 1977. 177 p.

SMITH, D. J. Credit union rate and earnings retention decisions under uncertainty and taxation. **Journal of Money, Credit and Banking**, v. 20, n. 1, p. 119-131, Feb. 1988.

SMITH, D. J. A theoretic framework for the analysis of credit union decision making. **The Journal of Finance**, v. 39, n. 4, p. 1155-1168, 1984.

SMITH, D. J.; CARGILL, T. F.; MEYER, R. A. An economic theory of a credit union. **The Journal of Finance**, v. 36, n. 2, p. 519-528, 1981.

SPENCER, J. E. An extension to taylor´s model of credit unions. **Review of Social Economy**, v. 54, n. 1, p. 89-98, 1996.

TAYLOR, R. A. Credit unions and cooperative banking in developed and developing countries. **Annals of Public and Cooperative Economics**, v. 45, n. 2, p. 105-118, 1974.

WISNIEVSKI, G. **Manual de contabilidade das sociedades cooperativas**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2004. 463 p. (Série Cooperativismo, 4).